

AMAZÔNIA SEM LEI

Investigadores acham novo material genético

Amostras seguiram para Manaus e serão comparadas com as obtidas com pessoas ligadas a Bruno Araújo e a Dom Phillips

» TAINÁ ANDRADE
» ISADORA ALBERNAZ*

Agentes da Polícia Federal (PF) coletaram, ontem, mais uma quantidade de "material orgânico aparentemente humano" numa região nas proximidades do porto de Atalaia do Norte (AM), local que seria o destino final de Bruno Araújo Pereira e de Dom Phillips — desaparecidos desde o último domingo. Com os novos elementos, os agentes iniciaram uma nova etapa das investigações: o cruzamento genético, que será confrontado com amostras recolhidas entre parentes do indígena e do jornalista.

Todo o material foi encaminhado ao Instituto Nacional de Criminalística da PF, em Manaus, onde também estão sendo analisados os vestígios de sangue encontrados na embarcação do suspeito Amarildo da Costa de Oliveira, o Pelado, de 41 anos. Ele está preso temporariamente na delegacia da comunidade de Atalaia do Norte — a prisão foi determinada na noite de quinta-feira pela juíza Jacinta Silva dos Santos, titular da Comarca de Atalaia do Norte —, enquanto o processo de investigação do desaparecimento ocorre em segredo de justiça.

O material genético do jornalista foi coletado em Salvador, onde ele mora, enquanto o do indígena foi obtido em Recife, com um irmão.

Jôão Lant / AFP



Indígenas das etnias Mauruna, Matis e Canamarí se preparam para vasculhar a área onde Dom e Bruno sumiram no último domingo

Terra batida

Mas o material orgânico não foi o único achado do dia. Um grupo de voluntários na busca por Bruno e Dom, integrada pela

equipe de vigilância de território da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), encontrou sinais de escavação às margens do Rio Itaquá. A região é próxima à Comunidade

Cachoeira, também no município de Atalaia do Norte, um dos locais investigados pela Polícia Federal do Amazonas (PF).

"O relato é de terra batida, como se alguém tivesse cavado algo,

enterrado alguma coisa, jogado barro no fundo. Vamos fazer uma varredura no fundo para ver se encontramos algo. A gente não pode dizer que tem vestígio concreto no local, mas vamos verificar a

situação para ver se, realmente, tem algo ali que possa identificar os dois desaparecidos", disse o subtenente do Corpo de Bombeiros, Geonivan de Amorim Maciel.

A pista foi informada por duas testemunhas, ouvidas também na última quinta-feira, pelo delegado de Polícia Civil de Atalaia do Norte, Alex Perez Timóteo. Uma delas afirmou, segundo a autoridade, que viu a embarcação de Bruno e Dom passar e, em seguida, avistou a lancha de Amarildo, que estava acompanhado de mais uma pessoa — não identificada até o momento. O informante seguia viagem na direção da sede do município. Ele teria enxergado as duas embarcações quando estavam próximas ao lago do Ipuca, que leva à Comunidade Cachoeira.

As equipes de investigação também obtiveram a informação de que uma testemunha viu Amarildo carregar uma espingarda e fazer um cinto de munições pouco depois que o indígena e o jornalista deixaram a localidade de São Rafael rumo a Atalaia do Norte. Isso aconteceu na manhã do último domingo, quando os dois foram vistos pela última vez.

Segundo essa mesma testemunha, Amarildo seria um homem "muito perigoso". Além disso, teria escutado dele várias vezes que pretendia "acertar contas" com Bruno e que "trocaria tiros" com o indígena assim que ele aparecesse na região.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Barroso manda governo se empenhar nas buscas

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o governo federal adote imediatamente "todas as providências necessárias", usando "todos os meios e forças cabíveis", para localizar Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips. O despacho ordena, ainda, que sejam identificadas e punidas os responsáveis pelo desaparecimento do indígena e do jornalista, e que seja apresentado à Corte, em até cinco dias e em documento sigiloso, um relatório com todas as providências adotadas e informações obtidas no caso. Foi fixada multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

"Sem uma atuação efetiva e determinada do Estado

brasileiro, a Amazônia vai cair, progressivamente, em situação de anomia, de terra sem lei. É preciso reordenar as prioridades do país nessa matéria", registrou o ministro no documento.

Foram intimados do despacho o governo federal, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres; o diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira; e o presidente da Funai, Mário Augusto Xavier.

A decisão foi proferida a pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que acionou a corte máxima por meio da ação que tratou do plano de contenção da pandemia da covid-19 em terras indígenas. A Apib argumentou que o desaparecimento de Bruno e Dom ocorreu em

área de barreira sanitária determinada no bojo de tal processo, "que tinha por objeto proteger a entrada da Terra Indígena do Vale do Javari".

Na última quarta-feira, a juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Amazonas, já havia determinado que o governo federal reforçasse a estratégia de busca e resgate dos dois desaparecidos.

Nações Unidas

Ao mesmo tempo em que o STF determinava maior empenho do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) na localização de Bruno e Dom, o Alto Comissário da Organização das Nações

Unidas (ONU) para os Direitos Humanos pediu, também ontem, que sejam redobrados os recursos e esforços disponibilizados nas operações de busca. A porta-voz da agência, Ravina Shamdasani, criticou a demora do governo brasileiro para iniciar as buscas.

Ela também lastimou o comentário de Bolsonaro, durante uma entrevista a uma emissora de tevê, que o jornalista e o indígena tinham se envolvido em uma "aventura". Ravina salientou que a obrigação do Estado é proteger todos aqueles que trabalham na defesa dos Direitos Humanos.

"A resposta (do governo) foi extremamente lenta, infelizmente. Achamos bom que

agora, após uma medida judicial, as autoridades tenham empregado mais meios para as buscas. O Estado tem a responsabilidade de proteger o trabalho de jornalistas e de defensores dos Direitos Humanos. Eles têm a obrigação de assegurar o direito à segurança e de iniciar uma investigação", observou, acrescentando que a agência da ONU também está "preocupada com o contexto mais amplo de ataques a defensores dos Direitos Humanos, ambientalistas e jornalistas no Brasil".

"Dom Phillips e Bruno Pereira cumprem um papel importante na região, levantando alertas e monitorando e reportando atividades ilegais no Vale do Javari", salientou.



"A resposta (do governo ao desaparecimento) foi extremamente lenta, infelizmente. O Estado tem a responsabilidade de proteger o trabalho de jornalistas e de defensores dos Direitos Humanos

Ravina Shamdasani, porta-voz do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil Pagina: 6